

Espaço da Reitoria

Balanco positivo

Em maio realizou-se o 3º Salão de Graduação e o 4º Salão de Educação a Distância da UFRGS com o tema “Inovações na Graduação”, numa iniciativa conjunta da Pró-reitoria de Graduação e da Secretaria de Educação a Distância, com o objetivo de apresentar as experiências de graduação e os projetos de educação a distância que vêm sendo desenvolvidos na Universidade.

Durante a realização dos Salões, foi possível observar como a UFRGS, sempre atuando de forma inovadora, vem expandindo com qualidade a sua graduação. Seja através do aumento de vagas nos cursos existentes ou da oferta de novos cursos presenciais em parcerias com outras IES. Inova ao utilizar as novas tecnologias de EAD e ao oferecer cursos totalmente a distância. Inova ao propor o Curso de Odontologia noturno, único em universidade federal, o Curso de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, com formação tecnológica e o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para disciplinas da educação profissional em nível médio, entre outros.

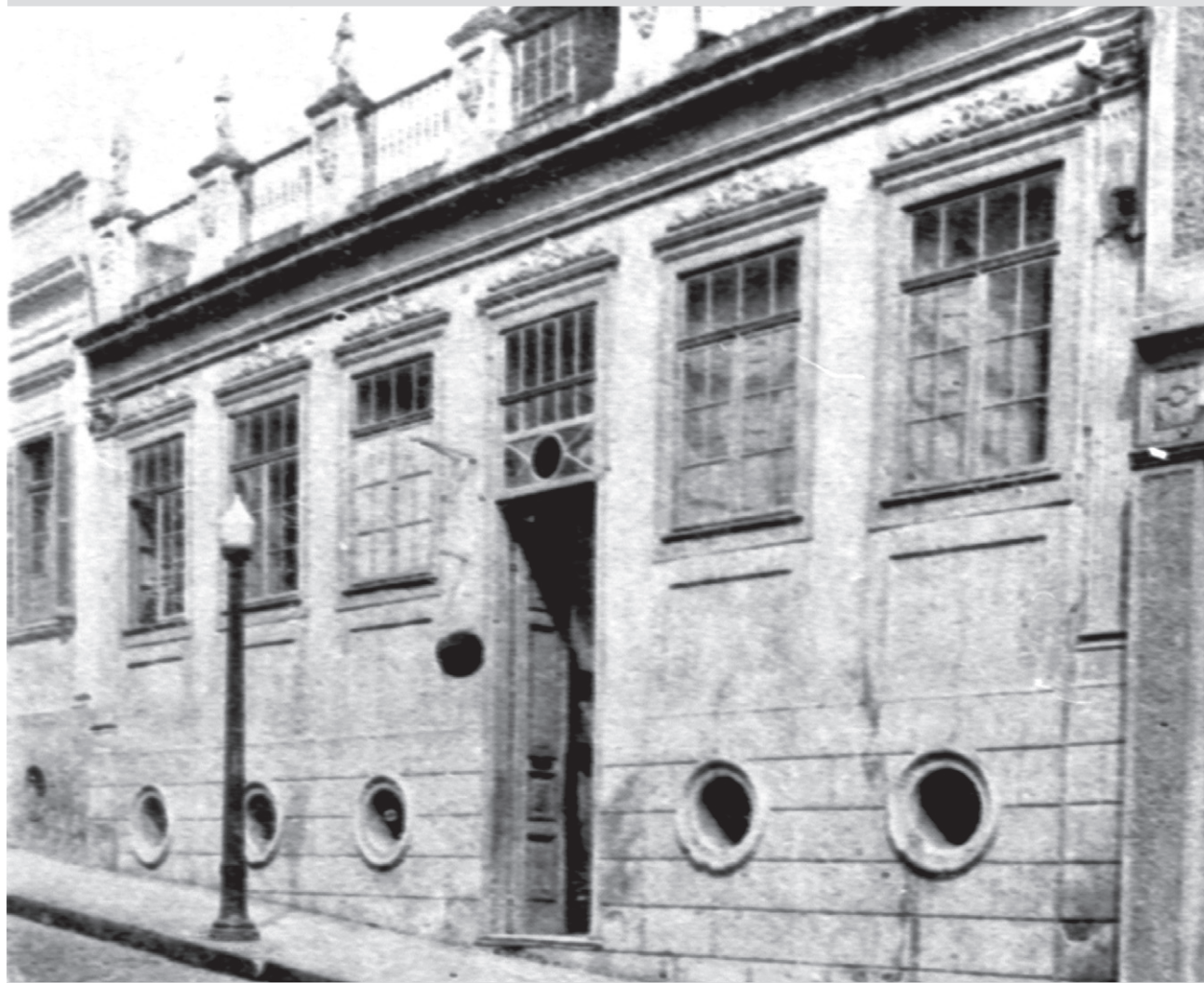
Os participantes perceberam que os objetivos para a realização dos dois Salões, que são o de explicitar e fomentar os pontos de interação e cooperação existentes entre as modalidades de ensino presencial e a distância, foram amplamente alcançados.

Mais uma vez reforçamos nosso entendimento quanto ao importante papel que a Graduação possui nesta Universidade, e que mesmo sendo aquela atividade que esteve nos primórdios de nossa formação há mais de um século, está em constante aprimoramento e no centro das atenções de nossa comunidade.

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Memória da UFRGS

ACERVO MUSEU DA UFRGS



► **1900-1924** Prédio da antiga sede da Faculdade de Medicina, localizado na rua General Vitorino, no centro da capital. No próximo dia 25 de julho, a instituição criada a partir da Escola de Partos da Santa Casa e da Escola de Farmácia de Porto Alegre, irá completar 110 anos de fundação

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Vice-reitor
Pedro Cezar Dutra Fonseca
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretária de Comunicação Social
Sandra de Deus

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Artur Lopes, Dalro José Nunes, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Maria Henriqueta Luce Kruse, Rudimar Baldissera, Sandra de Deus, Sérgio Marley Modesto Monteiro

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Bolsistas
Débora Gastal, Diego Difini e Fagner Nogueira
Colaboraram nesta edição
Fatimariel Lunardelli e Fernando Favaretto
Projeto gráfico e diagramação
Julliano Bruni Pereira
Fotografia
Cadinho Andrade e Flávio Dutra
Revisão
Débora Gastal e Jacira Cabral da Silveira
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Cães no Campus I

É lamentável que alguns façam uma análise tão superficial acerca dos animais presentes no Campus do Vale, que não apresenta qualquer barreira ao trânsito de pessoas e animais. Somos rodeados por uma comunidade carente, onde os cães procriam sem nenhum controle. Claro que sua presença no Campus não é ideal, mas criticar sem apresentar sugestão para melhora me parece uma atitude comodista e indigna de pessoas esclarecidas. Sugiro aos incomodados que adotem uma posição construtiva em relação ao problema. — Zingara Lubaszewski, funcionária do Instituto de Informática

Cães no Campus II

Na edição de março do JU, uma professora do Departamento de Sociologia criticou a ação de extensão Associação de Defesa Animal e Ambiental do Campus do Vale (ADAAC), sob minha coordenação, que tenta lidar com o sério problema dos animais abandonados no Campus do Vale. Mais uma vez, temos a decepçante percepção de que o fato de se estudar uma disciplina que deveria fornecer subsídios para um melhor entendimento da vida em sociedade, não leva, obrigatoriamente, o pesquisador a um desempenho interpretativo melhor do que os leigos nesta área do saber. Em sua

visão parcial, a professora aparentemente não entendeu (ou não leu na íntegra) a matéria publicada. Ela chega a extremos de cogitar que cães abandonados usem focinheiras e invoca, equivocadamente, uma lei municipal que se aplica apenas a determinadas raças e que nada tem a ver com o problema de animais abandonados. Desde 2007, a legislação municipal permite a presença de animais nos ambientes educacionais. Assim, a UFRGS está absolutamente dentro das normas legais. E a ADAAC segue ainda a legislação federal e o plano de gestão ambiental da universidade. — Renato Zamora Flores, professor do Departamento de Genética

Artigo

Quando reduzir não é simplificar: reflexão sobre a reforma ortográfica

O Brasil se prepara para implementar uma reforma ortográfica, fruto de um acordo entre países de língua portuguesa. Nascido na década de 90 e revigorado nos últimos anos, o projeto prevê a unificação da escrita nos oito países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Portugal, que se mostrava resistente nesta última fase, assinou recentemente o documento, sob acalorada discussão - já que a Reforma afeta de forma mais significativa a variedade lusitana do português do que a brasileira. Apesar disso, não se pode negar que ela tem importantes consequências também para os brasileiros.

Pode-se dizer que uma reforma ortográfica, em princípio, norteia-se por pelo menos dois objetivos: o de unificação e o de simplificação. Ainda que se possa criticar, por diversos ângulos, a validade da unificação oriunda da Reforma - seja porque ignora a variabilidade da língua falada, que tem inevitáveis reflexos na escrita, seja porque pode gerar um impacto econômico e político em certa medida desfavorável aos países envolvidos -, não há dúvida de que, oficialmente, com o Acordo, unificam-se as escritas. O aspecto, todavia, que quero problematizar brevemente aqui é a suposta simplificação. Essa questão - que toca diretamente aos linguistas - foi banalizada, em meu entendimento, na construção desse projeto.

“Simplificar”, em Linguística, quer dizer bem

mais do que “diminuir”. O fato de se abolir um trema aqui, um acento ali não faz da língua escrita necessariamente mais simples. Quando se fala em linguagem, o termo “economia” precisa estar associado a “naturalidade”. Para entender com clareza essa idéia, basta pensarmos nas razões por que usamos um sistema alfabético. Esse sistema nasceu sob uma hipótese de pareamento entre sons e letras. Se tomarmos essa hipótese em isolamento, podemos avaliar a eficácia de um sistema ortográfico na medida de sua aproximação com a língua falada. É claro que isso não é tão simples assim. Sabe-se que sistemas gráficos são de natureza estática, enquanto a língua falada é dinâmica, isto é, está sujeita a mudanças a qualquer tempo, independentemente de decisões provindas da boa ou da má vontade política de alguém. Todavia, essas naturezas distintas que individualizam fala e escrita, apesar de serem responsáveis pelo distanciamento entre elas, não afetam a natureza de sua relação,



isto é, esses dois sistemas ensinam isomorfismo. Uma reforma - se necessária - deveria trabalhar na esfera dessa tensão.

Por limitações de espaço, vou tomar apenas dois aspectos do Acordo que podem exemplificar bem seu caráter pouco simplificador (para não dizer “complicador”): o fim do trema (*lingüiça*, que passa a *linguiça*) e a extinção do acento gráfico dos ditongos abertos em posição medial (*retinoico*, que passa a *retinoico*). Em relação ao trema, alguns poderiam dizer que há muito está em desuso em português. Não se considera, entretanto, que ele é responsável ainda por informar a um leitor aprendiz de português (o que vai desde um falante nativo se alfabetizando até um estrangeiro estudando nosso idioma) se o u é ou não pronunciado nas seqüências gu e qu seguidas de e ou i. Em relação aos ditongos abertos, a questão é ainda mais séria. A proposta falha por falta de uniformidade e por negligenciar o aspecto fonético. Perde

uniformidade ao determinar a eliminação do acento nas paroxítonas mas sua manutenção em posição final. Assim, *herói* será acentuado, enquanto *heróico* não. Falha também por ignorar que o diacrítico em ditongos abertos traduz mais do que tonicidade - ele é, sobretudo para a variedade brasileira do idioma, também um indicativo de timbre, ou seja, as pessoas sabem, a partir dessas marcas, que a pronúncia de *é* e *ó* deve ser aberta. Nessa relação de complexificadores, poderíamos ainda citar alguns aspectos referentes às mudanças no uso do hífen e ao tratamento que será dado às palavras com consoantes não-pronunciadas.

Com esses argumentos, não quero imprimir uma postura anti-reformista de base; pelo contrário: entendo que reformas em sistemas estáticos são necessárias, muitas vezes, para acompanhar a evolução dos setores dinâmicos. O fato é que convivemos com um sistema gráfico muito complexo (em oposição, no que se refere à acentuação gráfica, por exemplo, à escrita do inglês). A questão primordial é, pois, atacar o problema, isto é, o único modo de se reduzir complexidade é com uma proposta de simplificação - que leve em conta economia e naturalidade. Isso não enxergo de pleno na reforma proposta.

Prof. Dr. Luiz Carlos Schwandt
Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária - Instituto de Letras